

TAXONOMIA DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS CONTRA O POVO KARIPUNA DE RONDÔNIA (2020-2023): Educação, Saúde e Território TAXONOMY OF RIGHTS VIOLATIONS AGAINST THE KARIPUNA PEOPLE OF RONDÔNIA (2020-2023): Education, Health and Territory

Rafael Ademir Oliveira de Andrade¹

Adriano Karipuna²

Estevão Rafael Fernandes³

Maria Eduarda Bacin da Silveira⁴

RESUMO: O artigo aborda a escassez de estudos sobre os Karipuna de Rondônia e os impactos das Usinas Hidrelétricas (UHEs) de Jirau e Santo Antônio. Com base em análises históricas e documentais, destaca as transformações sociais enfrentadas pelo povo Karipuna, desde violências coloniais até a intensificação de conflitos territoriais e ambientais nos anos 2000. As UHEs alteraram o rio Madeira, afetando o território e a subsistência dos Karipuna, forçando deslocamentos e agravando violações de direitos. A pesquisa revela invasões de terras por grileiros, desmatamento, e ameaças a lideranças indígenas, além da negligência estatal na proteção dos territórios. Conclui que esses fatores ameaçam a sobrevivência física e cultural dos Karipuna, evidenciando a continuidade de violências históricas.

Palavras-chave: Karipuna de Rondônia; Usinas Hidrelétricas; Violação de direitos; Conflitos territoriais; Necropolítica.

ABSTRACT: The article addresses the scarcity of studies on the Karipuna people of Rondônia and the impacts of the hydroelectric plants (HPPs) of Jirau and Santo Antônio. Based on historical and documentary analyses, it highlights the social transformations faced by the Karipuna, from colonial violence to the intensification of territorial and environmental conflicts in the 2000s. The HPPs have altered the Madeira River, affecting the Karipuna's territory and livelihood, forcing displacements, and worsening rights violations. The research reveals land invasions by land grabbers, deforestation, and threats to Indigenous leaders, along with state negligence in protecting their territories. It concludes that these factors jeopardize the physical and cultural survival of the Karipuna, exposing the continuity of historical violence.

Keywords: Karipuna of Rondônia; Hydroelectric plants; Rights violations; Territorial conflicts; Necropolitics.

INTRODUÇÃO

A escassez de estudos específicos sobre os Karipuna de Rondônia e os impactos dos grandes empreendimentos hidrelétricos em seu território evidencia a necessidade de aprofundar a análise sobre as transformações históricas, sociais e culturais enfrentadas por

¹ Sociólogo e Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Pesquisador no LEPONA. E-mail: profrafaelsocio@gmail.com

² Graduando em Direito, Indígena do Povo Karipuna, Orientando no LEPONA, Bolsista PIBIC CNPq FCR. E-mail: adrianotangarei@gmail.com

³ Antropólogo e Doutor em Ciências Sociais. Pesquisador no LABLAT, Professor no Programa de Pós-Graduação Profissional Interdisciplinar Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça. E-mail: estevao@unir.br

⁴ Psicóloga, Graduada no Centro Universitário São Lucas Afya Porto Velho. E-mail: psi.eduardabacin@gmail.com

este povo indígena. Os Karipuna, autodenominados "Ahé" (gente verdadeira), habitam a Terra Indígena (TI) Karipuna, localizada às margens do rio Jaci Paraná, e carregam uma trajetória de resistência em meio a constantes processos de exploração, deslocamento forçado e violência histórica, desde o contato colonial até os dias atuais. Este artigo explora como o avanço de empreendimentos, em especial as Usinas Hidrelétricas (UHEs) de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, intensificou as ameaças à sobrevivência física e cultural desse povo, ampliando desafios já enfrentados por sua comunidade. O trabalho baseia-se em uma análise documental e histórica, tendo como referência principal os estudos de Emílio Sarde Neto (SARDE NETO, 2019), que mapeia as transformações vividas pelos Karipuna desde sua migração do Alto Tapajós até a territorialização no Jaci Paraná. Este processo foi marcado pela violência de frentes de expansão colonial, pela exploração econômica, como no ciclo da borracha e na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, e pela imposição de políticas assimilacionistas. A atuação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), com seu enfoque na "domesticação" indígena, e a introdução da educação formal como instrumento de controle cultural também são discutidas como fatores que contribuíram para a fragmentação e o enfraquecimento das práticas tradicionais Karipuna (KARIPUNA, 2021).

Atualmente, as violações de direitos têm assumido novas formas, como as invasões de grileiros e madeireiros, o desmatamento ilegal e os impactos das hidrelétricas. As UHEs Jirau e Santo Antônio alteraram o curso e o volume das águas do rio Madeira, inundando parte da TI Karipuna e desestabilizando o equilíbrio ecológico da região. Essas alterações não apenas comprometem a subsistência dos Karipuna — baseada na pesca, caça e agricultura tradicional — como também resultam em deslocamentos forçados para áreas urbanas, onde enfrentam condições de vulnerabilidade social e dificuldades para manter suas práticas culturais. Além das questões territoriais e ambientais, a construção de escolas e a educação formal surgem no debate como um campo de tensões. Apesar dos esforços de lideranças como Batiti Karipuna, que alfabetizou outros indígenas, o sistema educacional imposto muitas vezes operou como uma ferramenta de integração forçada, minando a autonomia cultural e promovendo a dependência das estruturas não indígenas. Essa dinâmica reflete a tentativa histórica de transformar os Karipuna em "sujeitos civilizados", apagando sua identidade originária (KARIPUNA, 2021). Entre os anos de 2020 e 2023, a situação se agravou devido à negligência estatal e à institucionalização da

grilagem, como no caso da liberação de Cadastros Ambientais Rurais (CAR) em terras indígenas. Essas práticas legitimizam invasões e promovem conflitos fundiários, prejudicando ainda mais o território Karipuna. A ausência de infraestrutura adequada, como estradas acessíveis para a aldeia, e a falta de serviços básicos como saúde e educação são exemplos da omissão do Estado em garantir condições dignas de vida para os Karipuna.

Outro aspecto alarmante abordado no artigo é o aumento das ameaças contra lideranças indígenas, frequentemente impulsionado por discursos políticos que legitimam a violência contra povos originários. Este ambiente de hostilidade, combinado com a inércia das autoridades, intensifica a insegurança e o isolamento da comunidade, limitando sua capacidade de organização e resistência. A necropolítica se manifesta de forma contundente, com os corpos e territórios indígenas sendo sacrificados em nome do "desenvolvimento econômico" e da expansão territorial, perpetuando um ciclo de opressão que ameaça a continuidade biológica e cultural dos Karipuna. Por fim, o artigo também busca refletir sobre as estratégias de resistência dos Karipuna, que incluem a mobilização política, a denúncia de violações e a valorização de suas práticas culturais e espirituais. Essas ações são fundamentais para garantir a manutenção de sua identidade enquanto enfrentam os impactos combinados do colonialismo histórico e do capitalismo contemporâneo. Ao lançar luz sobre as complexidades das violências sofridas pelos Karipuna, este estudo contribui para o debate acadêmico e político sobre os direitos indígenas no Brasil e reforça a importância de políticas públicas que respeitem e valorizem as comunidades originárias como sujeitos de direito e protagonistas de sua própria história.

REVISÃO TEÓRICA

A primeira questão que nos chama atenção sobre a produção científica sobre os Karipuna e empreendimentos hidrelétricos em Rondônia é a baixa produção que trate o tema de forma específica, apontando os impactos no povo indígena em si. Diferente de outros povos, como por exemplo os Karitiana, temos apenas trabalhos que versam de forma indiretamente ou que mesclam os povos indígenas impactados. Para falar sobre os Karipuna de Rondônia iremos pinçar em diferentes trabalhos percepções sobre riscos e vulnerabilidades vividas pela etnia antes, durante e após a construção das UHE do

Complexo do Madeira. Os trabalhos destacados sobre o Karipuna foram (1) Estudo socioeconômico sobre as terras e povos indígenas situados na área de influência dos empreendimentos do Rio Madeira (UHEs Jirau e Santo Antônio): Diagnóstico final e avaliação de impactos nas terras indígenas Karitiana, Karipuna, Lage, Ribeirão e Uru Eu Wau Wau de 2004, (2) “Facticidade dos Karipuna de Rondônia: territorialidade, hibridação e subjetividades” de 2019 e (3) Karipunas de Rondônia: Apontamentos para uma educação intercultural etnoterritorializada de 2012.

Os trabalhos foram lidos e analisados na ordem decrescente do ano de publicação, salientamos que além do relatório, o autor Emílio Sarde Neto (2019; 2012) detém a maioria da produção acadêmica recente sobre os Karipuna. O professor Valdir Vegini da Universidade Federal de Rondônia também foi identificado entre os que produzem sobre os Karipuna, entretanto o foco linguístico de seus escritos não se ligou diretamente ao objeto desta pesquisa, cabendo indicação. Começamos com a tese “Facticidade dos Karipuna de Rondônia: territorialidade, hibridação e subjetividades” de Emílio Sarde Neto defendida em 2018 e publicada em 2019. Em sua discussão teórica, SARDE NETO (2019) começa falando brevemente sobre a colonização do Brasil e logo direciona sua análise para Rondônia, apontando a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, em 1872, como o início do processo massivo de contato é violências contra as populações tradicionais na região e em 1890 aponta o começo das ações de Marechal Cândido Rondon como baluarte das idéias positivistas de Comte, cuja perspectiva sobre o indigenismo e a civilização era compartilhada por vários militares e políticos que pressionaram o governo para que, em 1910, tenha sido criado o Serviço de Proteção ao Indígena (SPI). O ideal positivista marca a postura dos primeiros indigenistas que mantiveram contato com os Karipuna e outras populações indígenas em Rondônia.

Outros contextos importantes são citado pelo autor: o Relatório Figueiredo, as frentes de expansão privadas e estatais e por fim a transformação da região em expansão da fronteira agrícola capitalista, para a região norte são citadas por Sarde Neto como forma de apontar os impactos sobre as populações indígenas na Amazônia em geral e em Rondônia - tal contexto é repetidamente encontrado nos textos e documentos aqui analisados, tanto na perspectiva nacional (capítulo 3) quanto em Rondônia (capítulos 4 e 5 desta tese). Sobre os Karipuna e sua territorialização, Sarde Neto (2019) disserta que este povo é habitante da Terra Indígena às margens do rio Jaci Paraná. Inicialmente habitavam

a região do Alto Tapajós e migraram após conflitos com outras etnias se encontrando na região do Rio Jaci Paraná desde o século XVII - no documento de Roquette Pinto (2005) do começo do século XX já estão ali relatados as margens deste rio em uma posição parecida com a que demarcação da TI Karitiana. Outros autores citados por Sarde Neto apontam que também no século XVIII foram encontrados relatos de contato com os Karipuna na região. Os Karipuna se autodenominam “Ahé” (gente verdadeira) e são uma população que por diversas vezes esteve frente à extinção de suas culturas graças à ação do Estado e do mercado como nos impactos decorrentes do primeiro ciclo da borracha, da construção da ferrovia madeira-mamoré e os contatos da FUNAI durante a segunda metade do século XX. Na metade do século XX foram contactados apenas 14 Karitiana, em 2014 foram contabilizados pela SESAI 55 indivíduos, em 2020 se contabiliza em torno de 60 Karitianas (ISA, 2024). Os Karipuna falam uma língua Tupi-Guarani e compreendem com facilidade a língua de outros grupos que convivem como os Uru-Eu-Wau-Wau, Parintintin, dentre outros.

Os Karipuna lutaram contra os exploradores de ervas regionais e migraram para a região do Rio Mutum fugindo do contato e da exploração escravista do trabalho na região, isso nos séculos XVIII e XIX, correlativamente. Na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré os construtores e engenheiros se depararam com a terra indígena Karipuna e neste cenário foram aumentadas as violências no contato dos funcionários da construção e os indígenas, ao passo que os engenheiros não tinham nenhuma ação para evitar tais conflitos entre os Karipuna e os Pacaás Novos (SARDE NETO, 2019). A estrada de ferro cruzou o território Karipuna que, após conflitos constantes e impossibilidade de manter suas formas tradicionais de subsistência, migraram para outras regiões. A EFMM foi o primeiro grande empreendimento do capitalismo internacional visando a integração da Amazônia que impactou os povos indígenas de Rondônia, em especial os Karipuna, Karitiana e outros povos aqui analisados. A partir dos anos 40 do século XX foi iniciado o contato oficial com os Karipuna a partir do SPI, com a instalação dos postos de atração chamados “Coronel Tibúrcio” e “Tenente Marques” no Mutum Paraná, locais sem estrutura que tinham como objetivo realizar a integralização nacional dos povos ali aldeados. São vários os impactos causados pela colonização de Rondônia, principalmente: Em “1971, o projeto Sidney Girão de Colonização e construção da BR 421” levou a novas movimentações dos Karipuna e “área do povo Karipuna tem sido invadida por garimpeiros

da região” demonstrando que a construção de estradas causam impactos mesmo quando as mesmas estão circundando as terras indígenas.

Na década de 70 do mesmo século foram numerados apenas 28 Karipunas. Avançando na linha do tempo temos várias ações privadas e estatais agindo sobre o povo indígena: Desde 1971 até 1986 a Terra Indígena havia sido invadida por cerca de 132 famílias segundo a FUNAI, em 1988 a reserva Karipuna foi interditada através da portaria 1093/88 para garantir a integridade física dos poucos indígenas que ali moravam. O relatório do PLANAFLORO de 1988 apontava apenas 12 Karipunas que tinham um território estabelecido de 195.000 ha e com isto as invasões por não indígenas eram intensos principalmente na porção sul da TI, salientando que este território foi diminuído para 153,350 ha onde a gerência da EFMM solicitou tal diminuição por questões técnicas e foi acatado pela FUNAI (SARDE NETO, 2019).

Em 2001 foram contabilizados 16 Karipunas e em 2010 os mesmos começaram a sofrer os impactos da construção das UHEs do Madeira que modificaram os volumes das águas, impactando diretamente na terra indígena. Além destes impactos é constatado por Sarde Neto (2019) que a luta pelas compensações alterou as dinâmicas dos Karipuna que passaram mais tempo na cidade com intenção de fazer valer seus direitos mudando a dinâmica da comunidade. Conclui o autor que o contato com a sociedade “nacional” envolvente foi de extrema violência e os indígenas que compõem a Aldeia Panorama são os remanescentes dos Karipuna que estabeleceram tais contatos. A delimitação da TI Karipuna diminuiu consideravelmente a violência contra o povo, que passaram a ter contato permanente com a FUNAI (e com o Estado), depositando neste algumas de suas ações de apoio, somando isto a sua auto-organização. Afirmam que as instituições instaladas na aldeia indígena servem para empoderamento do povo mesmo que tais instituições sejam incapazes de fazer efetiva frente aos avanços predatórios da sociedade envolvente, questão que foi intensificada com as construções do PAC, principalmente os empreendimentos hidroelétricos ligados às UHEs da Bacia do Madeira. Como parte do programa de mitigação da SAE energia foi desenvolvido um plano de vigilância do território no ano de 2016, sendo que as dependências destes já foram queimadas por invasores externos na época da pesquisa de Sarde Neto (que se encerrou em 2018).

Somamos estes processos aos impactos históricos enquanto evidência da relação violenta entre povos indígenas e não indígenas no Brasil. Em outro trabalho do autor em

parceria com outros pesquisadores há uma discussão da educação como processo de domesticação de corpos indígenas durante o período colonial, formando-os para o trabalho escravo e visando a integração dos mesmos “com a civilização” (SARDE NETO et al, 2012). Sobre o processo de escolarização dos Karipuna começa com a primeira escola em 1988 e a formação da liderança Batiti Karipuna que, devido a baixa população do povo assumiu muitas das demandas administrativas e pedagógicas da escola. Logo o descaso da Secretaria Estadual de Educação logo impossibilitou a continuidade das práticas escolares devido a falta de estrutura generalizada. A própria formação de Batiti Karipuna foi dificultada pela falta de logística para deslocamento e acesso a etapas da formação. Batiti Karipuna alfabetizou seis indígenas na língua portuguesa, entre eles André e Adriano Karipuna, atuais lideranças do povo. Em 2005 criaram a Karipuna Associação Ecológica da Amazônia - APOIKA” que tem sua sede na FUNAI, acreditando que este movimento de resistência seja uma forma de organização aos Karitiana a partir do contato com a sociedade não-indígena (KARIPUNA, 2021). Em 2010 Batiti Karipuna teve que se deslocar para a cidade de Porto Velho para intermediar os processos de compensação dos impactos na TI Karipuna decorrentes da construção das Usinas do complexo do Madeira. Por este motivo o mesmo foi processado por agentes da Secretaria da Educação pelo abandono de suas atividades, agentes estes que não possuíam conhecimentos ou a perspectiva antropológica para compreender as relações de poder internas ao povo indígena, reafirmo concordando com os autores (SARDE et al, 2012). Os Karipuna priorizaram o processo de mitigação com a SAE, debatendo os projetos de mitigação junto a essas organizações.

METODOLOGIA

O modelo de levantamento e análise de dados será a pesquisa documental. Serão analisados os relatórios da violência contra povos indígenas do Brasil do Conselho Indígena Missionário (CIMI) entre os anos 2020 a 2023. Teremos como recortes para inclusão: violações de Direitos que envolvam diretamente o povo Karipuna de Rondônia, entre os anos 2020 a 2023, sendo excluídos resultados que não versem diretamente sobre os Karipuna (de Rondônia, excluindo povos presentes em outros estados que se identificam enquanto Karipunas), aplicado também o procedimento de exatidão, que retira informações repetitivas que dissertam sobre o mesmo tema. Pretende-se com este levantamento compreender o total de violações, principais tipos, causadores, povos e

dimensão, sendo os dados organizados nos quadro expostos no item resultados deste artigo, criando uma taxonomia - organização das principais formas - de violações de Direitos contra o povo. Entendemos enquanto impactos toda e qualquer ação interna ou externa ao agrupamento humano ou bioma que causa ou agudiza riscos e vulnerabilidades nesses. Assim, as violações de direitos causados contra os indígenas Karipunas serão tomadas enquanto impactos nestas populações, pois impedem sua continuidade biológica e cultural, ou seja, a manutenção de aspectos culturais que dão sentido para a existência do grupo (rituais, parentesco, hierarquias) e da própria vida continuada (questão geracional dos mesmos).

RESULTADOS

Nos quadros abaixo apresentaremos os resultados da aplicação dos procedimentos metodológicos acima descritos.

Quadro I - Tipologia, Dimensão, Escala e Descrição das violências contra Povo Karipuna de Rondônia em 2023

Tipo (categoria)	Dimensão/Escala	Agentes	Descrição (Riscos/vulnerabilidades)
Permanência de Invasores (OCUPAÇÃO)	TI - Local	Estado > Agentes Privados (invasores)	Apesar das denúncias e ações das autoridades, ainda há a presença de invasores
Falta de acesso ao território (ESPACIAL)	TI - Regional	Agentes Privados (invasores)	A presença de invasores impede o acesso pleno aos indígenas ao território
Contato constante com indígenas isolados (ISOLADOS)	TI - Local	Agentes Privados (invasores)	A presença de invasores está impedindo a perambulação dos Isolados
Autorização de CAR dentro da TI (OCUPAÇÃO)	TI - Regional	Estado > colonos/invasores/grileiros	Autorização de Cadastros Ambientais Rurais pelos agentes do Estado (gov. Rondônia) dentro de TI
Desmatamento e Extração Ilegal de Madeira (RECURSOS)	TI - Internacional	Agentes Privados (madeireiros)	A TI Karipuna é alvo constante de exploração de madeira, com constantes denúncias nacionais e internacionais
Inundação da TI após UHEs do Madeira (ESPACIAL)	TI - Local	Estado	A água invadiu a aldeia, acabando com casas, roçados, levando ao deslocamento forçado de indígenas
Madeireiras e Serralherias perto da	TI - Regional	Agentes privados (empresários)	Presença de 20 madeiras e serrarias atuando na TI

TI (RECURSOS)			
Precarização do acesso terrestre à TI (ESPACIAL)	TI - Local	Estado	A precarização da estrada de acesso à Aldeia Pandorama causa impactos na saúde, educação e outros direitos

Quadro I - Tipologia, Dimensão, Escala e Descrição das violências contra Povo Karipuna de Rondônia em 2022

Tipo (categoria)	Dimensão/Escala	Agentes	Descrição (Riscos/vulnerabilidades)
Político local incitando violência contra indígenas e invasões (INCITAÇÃO)	Fora de TI - entre Karipuna e Uru Eu Wau Wau - Regional	Político Local - deputado estadual	No dia 1º de maio, em um evento no distrito de Jacinópolis, em Nova Mamoré (RO), o deputado estadual Geraldo da Rondônia (PSC) disse: "Quando se trata [de fiscalização], usem meu nome. [...] Vamos colocar fogo nos caminhões deles, nos carros [dos fiscais ambientais] deles."
Destruição de pontes e ameaça contra a recuperação (ESPACIAL)	TI - Local	Agentes Privados	Destruição da estrada de acesso para a Aldeia Panorama e de retorno da comunidade para a terra indígena.
Construção de pontes para dar acesso à invasores e ocupantes (ESPACIAL)	TI - Local	Agentes Privados	Construção de estradas e pontes para dar acesso alternativo a invasores e ocupantes, aumentando a presença na região
Ameaças contra lideranças (AMEAÇA)	TI - Nacional	Agentes Privados	Ameaça contra indígenas e lideranças do povo Karipuna
Contato constante com indígenas isolados (ISOLADOS)	TI - Local	Agentes Privados (invasores)	A presença de invasores está impedindo a perambulação dos Isolados
Desmatamento e Extração Ilegal de Madeira (RECURSOS)	TI - Internacional	Agentes Privados (madeireiros)	A TI Karipuna é alvo constante de exploração de madeira, com constantes denúncias nacionais e internacionais
Falta de tratamento de saúde (SAÚDE)	TI - Nacional	Estado > Saúde Indígena	Desassistência geral na saúde indígena

Quadro I - Tipologia, Dimensão, Escala e Descrição das violências contra Povo Karipuna de Rondônia em 2021

Tipo (categoria)	Dimensão/Escala	Agentes	Descrição (Riscos/vulnerabilidades)
Sobreposição de Imóveis na TI - CAR (OCUPAÇÃO)	TI - Regional	Estado > colonos/invasores/grileiros	Os CAR cobrem um total de 2,6 mil dos 153 mil hectares da terra indígena, 12 deles estão totalmente sobrepostos à área demarcada, e outros 19 incidem parcialmente sobre ela
Desmatamento, criação de gado (RECURSOS)	TI- Regional	Privados (invasores)	Destruição da biodiversidade local e ameaça em sua integridade física e cultural pela presença de um número cada vez maior de invasores
Destruição de pontes e ameaça contra a recuperação (ESPACIAL)	TI - Local	Agentes Privados	Em agosto de 2021, houve operações policiais dentro da TI, resultando na prisão de alguns invasores. Tais operações levaram os demais invasores a uma ação de retaliação, que foi a destruição da ponte de acesso à aldeia Panorama.
Construção de estrada dentro da TI (ESPACIAL)	TI - Local	Agentes Privados	Constante a presença de máquinas trabalhando dentro da TI e tratores abrindo estradas clandestinas e ilegais para o roubo de madeira e a grilagem de terra.
Invasões e queimadas - danos à saúde dos indígenas (SAÚDE)	TI - Regional	Agentes privados	Queimadas constantes perto da Aldeia Pandorama tem causado alergias e problemas respiratórios nos indígenas.
Pesca ilegal e trânsito de invasores diminuindo a disponibilidade de peixes e caça (ALIMENTAÇÃO)	TI - Local	Agentes privados	grande fluxo de pessoas com embarcações grandes, e essa circulação tem se tornado cada vez mais intensa e frequente, com uso de motores potentes, diminuindo a disponibilidade de pesca

Bloqueio da estrada de acesso à TI, acesso de indígenas adoecidos (ESPACIAL/SAÚDE)	TI - Local	Agentes privados	Bloqueio da estrada, atrapalhando acesso e retorno da equipe da Saúde Indígena.
Má condição da estrada de acesso à Aldeia Panorama (ESPACIAL)	TI - Local	Estado	Constante descaso na manutenção e abertura da estrada de acesso a aldeia Panorama - há solicitação constantes para o DER-RO.

Quadro I - Tipologia, Dimensão, Escala e Descrição das violências contra Povo Karipuna de Rondônia em 2020

Tipo (categoria)	Dimensão/Escala	Agentes	Descrição (Riscos/vulnerabilidades)
Medo e Ameaças (SAÚDE)	TI - Local	Agentes privados	“Há medo entre os Karipuna, de Rondônia, ao ouvir, de suas aldeias, o ronco das motosserras, metáforas de destruição de uma natureza sagrada para todos os seres que nela habitam.”
Sobreposição de Imóveis na TI - CAR (OCUPAÇÃO)	TI - Regional	Estado > colonos/invasores/grileiros	O estado de Rondônia registrou 84 imóveis particulares por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR) a grileiros invasores, que estão ocupando as TIs Karipuna e Karitiana
Permanência de Invasores (OCUPAÇÃO)	TI - Local	Estado > Agentes Privados (invasores)	A TI Karipuna está em constante processo de ocupação por invasores.
Invasões e queimadas - danos à saúde dos indígenas (SAÚDE)	TI - Regional	Agentes privados	No ano 2020, a TI Karipuna sofreu com inúmeros focos de queimadas, em decorrência da ação dos invasores, que continuaram a invadir o território e manter a posse ilegal da terra, situação agravada em função da pandemia do novo coronavírus e do risco de contaminação que sua presença significa para os Karipuna.
Ameaça às lideranças de morte e queimada das terras (SAÚDE)	TI/Porto Velho - Nacional	Agentes privados	; ameaçam de matar as suas lideranças e de colocar fogo nas suas casas.
Má condição da estrada de acesso à Aldeia Panorama	TI - Local	Estado	Constante descaso na manutenção e abertura da estrada de acesso a aldeia Panorama - há solicitação

(ESPACIAL)			constantes para o DER-RO.
------------	--	--	---------------------------

Fonte: Os autores, 2024.

ANÁLISES

Sobre os dados de 2023, destacamos: A análise dos dados sobre a Terra Indígena (TI) Karipuna revela um conjunto alarmante de violações territoriais e humanitárias que afetam diretamente os povos indígenas, comprometendo sua integridade física, cultural e ambiental, prejudicando a consolidação do que é previsto na CF (BRASIL, 1988) enquanto direito fundamental de tais populações. As invasões constantes, mesmo diante de denúncias e ações das autoridades, expõem a fragilidade dos mecanismos de proteção e fiscalização das terras indígenas no Brasil, assim como da precarização da FUNAI e outros órgãos (FRANÇA et al., 2023). A presença contínua de agentes privados, como grileiros e colonos, indica não apenas a falta de controle efetivo por parte do Estado, mas também uma possível conivência ou negligência, o que acarreta em violações dos direitos constitucionais desses povos. Essas invasões também impedem o pleno acesso dos indígenas ao seu território, limitando suas atividades culturais, econômicas e sua liberdade de circulação. A restrição ao território não só afeta diretamente suas práticas tradicionais, como também ameaça a sobrevivência física e cultural dessas comunidades, que dependem de seus espaços tradicionais para garantir a subsistência e perpetuação de seus modos de vida. No caso dos povos indígenas isolados, a situação é ainda mais grave, pois a presença de invasores representa uma ameaça imediata à sua autonomia e liberdade de movimento, além de colocar em risco suas vidas, já que esses grupos possuem baixa imunidade a doenças externas e dependem do isolamento para sobreviver.

Outro dado preocupante é a autorização de Cadastros Ambientais Rurais (CAR) dentro das terras indígenas por parte do governo do estado de Rondônia. Essa prática institucionaliza a grilagem, legalizando a ocupação ilegal de terras indígenas e contribuindo para a intensificação dos conflitos fundiários. Ao permitir que terras indígenas sejam registradas como propriedades privadas, o Estado legitima a violação dos direitos territoriais desses povos, aprofundando as tensões e ameaças que eles enfrentam. A exploração ilegal de madeira é outro grave problema que atinge a TI Karipuna. Denúncias frequentes, tanto nacionais quanto internacionais, apontam que o território é alvo constante de atividades predatórias, com madeireiros atuando de forma ilegal (ANDRADE, 2021). Esse processo de desmatamento não apenas destrói a biodiversidade

local, como também afeta os recursos naturais dos quais os povos indígenas dependem para sua subsistência. Além disso, o impacto ambiental dessas ações compromete a sustentabilidade ecológica da região, agravando as já frágeis condições de vida das comunidades indígenas. A construção de Usinas Hidrelétricas (UHEs) no rio Madeira trouxe impactos devastadores para a TI Karipuna, com a inundação de aldeias, destruição de casas e roçados, resultando no deslocamento forçado dos indígenas. Esse tipo de deslocamento é uma forma de violência ambiental, na qual grandes empreendimentos são implementados sem consulta prévia às comunidades afetadas, violando seus direitos territoriais e culturais. A perda de território e a obrigatoriedade de deixar suas terras tradicionais agravam a situação de vulnerabilidade desses povos. A presença de serrarias e madeireiras na região adjacente à TI Karipuna intensifica a exploração ilegal de madeira, evidenciando a pressão econômica e ambiental sobre o território indígena. Com cerca de 20 empresas atuando ilegalmente na região, a destruição dos recursos naturais e a degradação ambiental são exacerbadas, enquanto a capacidade do Estado de proteger esses territórios e garantir os direitos dos povos indígenas permanece insuficiente (FRANÇA et al., 2023).

Por fim, a precarização do acesso terrestre à aldeia Panorama reflete o descaso do Estado em garantir infraestrutura adequada para as comunidades indígenas. A deterioração das estradas impacta diretamente o acesso a serviços básicos, como saúde e educação, isolando ainda mais as comunidades e agravando suas condições de vida. O isolamento físico resultante da falta de infraestrutura adequada limita a mobilidade e o acesso a direitos fundamentais, exacerbando as desigualdades e vulnerabilidades socioeconômicas dessas populações. Sobre os dados de 2022, comparados com os de 2023, podemos afirmar que a interpretação dos mesmos reforça a gravidade da situação enfrentada pelos indivíduos na Terra Indígena (TI) Karipuna, revelando um quadro ainda mais amplo de violência, invasão e negligência por parte do Estado e de agentes privados. A incitação à violência por um político local, no caso o deputado estadual Geraldo da Rondônia, é especialmente preocupante, pois vai além da simples omissão do Estado e revela uma ativa promoção de agressões contra indígenas e fiscais ambientais. Ao incitar publicamente a destruição de caminhões e carros de fiscais ambientais, o político legitima a violência contra aqueles que tentam proteger as TIs e os povos indígenas. Esse tipo de discurso não apenas estimula invasores a continuar suas atividades ilegais, como também

deslegitima os esforços de fiscalização e proteção ambiental. Esse dado complementa a análise anterior ao demonstrar que a violência contra os indígenas não é apenas uma consequência da ausência de fiscalização, mas também é promovida ativamente por figuras políticas regionais.

A destruição de estradas e pontes que dão acesso à TI Karipuna e a construção de novas vias para facilitar a entrada de invasores reforçam o padrão de ocupação ilegal e de desrespeito aos direitos territoriais dos indígenas, já analisados em 2022. Esses atos de sabotagem e infraestrutura paralela aumentam a pressão sobre o território e facilitam a entrada de madeireiros e grileiros, ampliando a exploração ilegal de recursos naturais. Esse dado se conecta diretamente com as informações anteriores sobre a precarização das estradas de acesso à aldeia Pindorama, agravando ainda mais as dificuldades enfrentadas pelos indígenas para garantir seus direitos básicos, como saúde e educação, ao mesmo tempo que fortalece a ocupação ilegal por invasores.

As ameaças contra lideranças indígenas, principalmente contra o povo Karipuna, revelam um ambiente de intimidação e violência física e psicológica. Esse tipo de ameaça visa silenciar a resistência das lideranças indígenas que lutam pela preservação de suas terras e de seus direitos. Essas ameaças de morte ou agressão não são apenas individuais, mas configuram um ataque sistemático ao movimento de defesa dos direitos indígenas, evidenciando o cenário de necropolítica discutido anteriormente, em que as vidas indígenas são descartáveis diante dos interesses econômicos de grandes empresários e políticos. A presença de invasores que impedem a circulação dos povos indígenas isolados na TI Karipuna também reaparece nos novos dados, reforçando a crítica anterior sobre os impactos catastróficos dessa invasão para os indígenas que vivem em isolamento voluntário. A falta de controle sobre essas invasões coloca em risco direto a sobrevivência desses grupos, que são altamente vulneráveis tanto a doenças quanto a ataques violentos. A exploração ilegal de madeira permanece como um problema recorrente, tanto em nível nacional quanto internacional, afetando profundamente a TI Karipuna. O desmatamento contínuo e a extração de madeira são agravados pela conivência do Estado e pela falta de fiscalização adequada, conforme já apontado anteriormente. Essa prática destrói a biodiversidade local, mina a subsistência indígena e contribui para a degradação ambiental generalizada.

Um novo elemento relevante nos dados mais recentes é a falta de tratamento de saúde para os indígenas. A desassistência generalizada no sistema de saúde indígena agrava ainda mais as vulnerabilidades enfrentadas pelos Karipuna. O descaso estatal em garantir serviços básicos de saúde é uma violação direta dos direitos humanos e demonstra como a precarização da vida indígena é institucionalizada. Este dado complementa a análise anterior sobre a precarização do acesso terrestre, mostrando que as dificuldades em obter serviços de saúde não são apenas físicas, mas também resultam de uma falta de políticas públicas adequadas. Em resumo, os dados de 2022 ampliam a análise anterior ao incluir o papel ativo de políticos locais na promoção da violência contra os indígenas e a omissão do Estado em áreas como saúde e fiscalização ambiental. A situação da TI Karipuna revela-se como parte de um processo sistêmico de exploração, negligência e violência, onde as vidas e os territórios indígenas são sistematicamente violados em nome de interesses econômicos e políticos. Isso reafirma o conceito de necropolítica, em que o Estado e outros agentes privados decidem quais vidas são sacrificadas em prol do desenvolvimento econômico e da expansão territorial.

A análise integrada de todos os dados apresentados sobre a Terra Indígena (TI) Karipuna, considerando os quatro anos aqui analisados, revela um cenário de múltiplas dimensões de violência, invasão e degradação ambiental que afetam profundamente a vida e a segurança dos povos indígenas. O que emerge desses dados é a confluência de agentes privados e do Estado em práticas que exacerbam os riscos e vulnerabilidades dos Karipuna, configurando um quadro de violência sistemática. A sobreposição de imóveis na TI, registrada por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR), ilustra uma política institucional de grilagem, onde o Estado, ao invés de proteger o território, permite que invasores e colonos ocupem terras demarcadas. Este processo de legalização da ocupação indevida cobre 2,6 mil hectares da TI Karipuna, impactando diretamente a integridade física e cultural da comunidade. Comparando com os dados anteriores, esta sobreposição territorial se alinha à autorização de CAR por parte do governo de Rondônia, mostrando que a conivência estatal com a grilagem agrava o processo de invasão e exploração dos recursos naturais.

A dimensão da exploração de recursos é igualmente crítica. O desmatamento e a criação de gado, impulsionados por invasores, estão destruindo a biodiversidade local, com impactos diretos sobre os modos de subsistência indígena, como a pesca e a caça. Esse

processo de destruição ambiental não só ameaça a sustentabilidade ecológica da região, mas também enfraquece a cultura e as práticas tradicionais dos Karipuna. A exploração ilegal de madeira, como apontado nos dados anteriores, continua sendo um problema central, com a construção de estradas clandestinas dentro da TI facilitando o roubo de madeira e a grilagem. As máquinas e tratores abrindo essas vias ilegais aprofundam a invasão do território e perpetuam a degradação ambiental. As queimadas, outro fator relevante, afetam diretamente a saúde dos indígenas, com problemas respiratórios sendo recorrentes na aldeia Panorama. Este dado reforça o impacto negativo da presença de invasores sobre a saúde indígena, exacerbado ainda mais pela pandemia de COVID-19, que intensificou os riscos de contaminação trazidos por esses agentes externos. A negligência do Estado na manutenção das estradas de acesso, somada ao bloqueio de vias por parte dos invasores, agrava a situação de desassistência. O acesso precário dificulta a chegada de equipes de saúde e o atendimento das demandas básicas de saúde, educação e mobilidade, como já apontado nos dados anteriores.

A violência direta contra as lideranças indígenas é um tema recorrente. As ameaças de morte e as tentativas de queimar casas e territórios demonstram o ambiente de terror psicológico e físico imposto aos Karipuna. Essas ameaças não se limitam a intimidações, mas configuram ações concretas de eliminação da resistência indígena, silenciando suas lideranças e impondo o medo como uma forma de controle. Essa dinâmica de medo e ameaça está diretamente ligada à exploração de recursos e à presença invasora constante, como mencionado na análise anterior, onde as motosserras são símbolos de destruição de uma natureza sagrada para os Karipuna. A pesca ilegal, intensificada pela circulação de embarcações grandes com motores potentes, diminui a disponibilidade de peixes, agravando a insegurança alimentar. Isso se alinha aos dados sobre o impacto do desmatamento e da criação de gado na biodiversidade, destacando como a exploração dos recursos naturais tem consequências profundas sobre as práticas tradicionais de subsistência dos indígenas.

Em termos de infraestrutura, a destruição de pontes e o bloqueio de estradas são atos de retaliação dos invasores, como visto em agosto de 2021, após operações policiais na TI. Esses atos de sabotagem prejudicam ainda mais o acesso dos Karipuna a seus territórios e serviços essenciais. A falta de manutenção da estrada de acesso à aldeia Panorama pelo Estado, como apontado repetidamente, é um reflexo do descaso

governamental com as necessidades básicas da comunidade. A presente discussão foi analisada através do quadro que organizou por tipologia, dimensão, escala e descrição das violações, onde pudemos observar o crescente padrão de violações, como agressões e ameaças aos direitos. As tipologias de violência destacadas foram categorizadas como: ocupação, recursos financeiros, saúde e incitação a violência e ao ódio, e nessa categoria é possível compreender a complexidade dos ataques enfrentados pelos Karipunas. Ao observar a dimensão e a escala destaca-se que variam por nacional e internacional, pois a exploração de madeira é internacional e a falta de acesso de território é local demonstrando que o abuso de recursos envolve agentes privados e o estado. Enquanto os agentes identificados, os principais são invasores privados, madeireiros, colonos e por fim agentes de estados, o que evidencia uma conveniência ou omissão por parte das autoridades responsáveis pela fiscalização e proteção dos direitos indígenas, às vezes tendo as violências e a exploração facilitada.

Quanto aos riscos e vulnerabilidades, são descritas ameaças significativas à saúde, segurança e integridade cultural dos Karipuna, a presença constante de perigo atravessa a subsistência física, cultural e geracional dos Karipunas, além de comprometer rituais e transmissão de conhecimentos. Os impactos identificados acerca dos dados coletados são pertinentes à continuidade cultural e biológica, à saúde e aos Direitos Humanos. A continuidade colonial, explica que as agressões prejudicam a continuidade de suas práticas culturais e sociais, ameaçando a sua existência, os impa saúde, onde foi notado que a destruição dos territórios, a precarização das condições de vida e a falta de assistência adequada resultam em problemas de saúde física e mental e por último os impactos nos direitos humanos que obtém ameaças às lideranças e a intimidação sistemática indicam uma clara violação dos direitos humanos, que deve ser reconhecida e abordada pelas autoridades competentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, esses dados revelam um padrão de violências estruturais e físicas contra os povos indígenas na TI Karipuna, que sofrem com a invasão de seus territórios, a exploração ilegal de recursos e a negligência do Estado. Essas ações configuram uma forma de necropolítica, na qual os corpos e territórios indígenas são sacrificados em nome de

interesses econômicos e políticos, reforçando a continuidade das práticas coloniais e da exploração predatória na Amazônia. Por fim, a análise conjunta dos dados revela um padrão contínuo de invasões, exploração de recursos e ameaças contra os povos indígenas, que vai além da simples omissão estatal, incluindo a convivência e a promoção ativa dessas práticas por agentes do Estado e políticos regionais. A ausência de políticas públicas eficazes para proteger os Karipuna, juntamente com a promoção da grilagem e da exploração de recursos naturais, configura uma verdadeira necropolítica, onde as vidas indígenas são sacrificadas em prol de interesses econômicos e políticos. O medo, a destruição ambiental e a violência contra as lideranças formam um ciclo contínuo de opressão, que coloca em risco não apenas a sobrevivência física dos Karipuna, mas também sua cultura e modos de vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal do Brasil. Brasília. Poder Executivo Federal, 1988.

FRANÇA, Luiz Fredson et al. **NECROBIOPODER, VIOLAÇÕES DE DIREITOS INDÍGENAS E EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS DA AMAZÔNIA: O caso do complexo do madeira.** Ponto de Vista Jurídico, v. 12, n. 2, p. 173-191, 2023.

ISA. Karipunas de Rondônia. Brasília. Instituto socioambiental, 2024. Disponível em https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Karipuna_de_Rond%C3%B4nia, acessado em 23 nov 2024.

KARIPUNA, Adriano. Da floresta para o mundo. Porto Velho. Editoração própria, 2021.

SARDE NETO, Emílio. Facticidade dos Karipuna de Rondônia: territorialidade, hibridação e subjetividades. 2019. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/58331>. Acesso em: 18 nov 2024.

SARDE NETO, Emílio; **ANASTASSIOY**, Cristiane de Almeida; **SILVA**, Adnilson de Almeida. Karipunas de Rondônia: apontamentos para uma educação intercultural etnoterritorializada. In: **ENCONTRO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA: COLONIZAÇÃO, TERRITÓRIO E MEIO AMBIENTE EM RONDÔNIA**. 1., 2012., Porto Velho. Anais [...] Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2012. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/294431133_KARIPUNAS_DE_RONDONIA_A_PONTAMENTOS_PARA_UMA_EDUCACAO_INTERCULTURAL_ETNOTERRITORIALIZADA. Acesso em: 18 nov 2024.